

Entrevista a Luís Carrilho Gonçalves, vice-reitor da UBI

“Existe um comodismo no que diz respeito à movimentação de estudantes e de pessoas”

No seu terceiro mandato como vice-reitor, Luís Carrilho trabalha na uniformização dos calendários escolares, no Processo de Bolonha e na renovação das competências dos Serviços Académicos. É ainda coordenador do Gabinete de Programas e Relações Internacionais e do programa Sócrates/Erasmus.

Catarina Rodrigues e Eduardo Alves

Urbi- Quais as principais funções que desempenha no cargo de vice-reitor?

Luís Carrilho- Desde o primeiro mandato como vice-reitor, este é já o terceiro, estou mais ligado à área dos programas internacionais, quer o Sócrates, quer o Erasmus. Neste último mandato tenho estado também a tratar da questão dos Serviços Académicos, que ainda não estão conveniente e academicamente organizados para os serviços a que estão destinados. Também estou ligado à questão da avaliação dos cursos. Todas as licenciaturas foram avaliadas por organismos exteriores e também nós, internamente, promovemos a nossa avaliação.

U- Que resultados têm sido obtidos nesse âmbito?

L.C.- O balanço é muito positivo. Temos vindo a privilegiar uma avaliação sistemática de tudo o que se faz na instituição. Esta é uma opção tomada no sentido de se praticar aqui uma cultura de qualidade, e para isso é preciso termos indicadores. É preciso que os alunos avaliem os professores e o seu próprio curso. A UBI, neste ponto, deu o passo de introduzir os questionários on-line, que desde o ano passado, têm de ser preenchidos pelo aluno para que este tenha acesso à sua ficha de identificação. Nesta altura, o índice de preenchimento é muito bom, chegando aos 3 mil alunos. Os docentes têm acesso imediato à avaliação e podem analisar e corrigir o seu desempenho. Quando o resultado destas avaliações era aferido pelo Ministério demorava muito mais tempo. Com os inquéritos, temos verificado que os alunos são muito conscientes. Se algo está mal é apontado pela maioria e é porque há algo a corrigir.

U- A UBI tem apostado nos programas de intercâmbio de alunos. Que vantagens encontra a instituição nestas acções?

L.C.- Fomos das primeiras Universidades a entrar no Programa Sócrates que era feito através de Projectos Integrados de Colaboração. A princípio isso era algo que se passava mais ao nível dos docentes. Depois a iniciativa foi alargada aos alunos. Com o aparecimento do Erasmus e do Sócrates, surgem também programas de intercâmbio que contemplam bolsas de apoio e protocolos entre as instituições. Ainda assim, de início, os estudantes estavam receosos em arriscar nestas iniciativas. Uns por causa da língua, outros porque eventualmente, perderiam tempo na finalização da sua licenciatura, enfim, era muito complicado encontrar alunos dispostos



Segundo Luís Carrilho “devemos maximizar o período lectivo”

a passar algum tempo em universidades estrangeiras. Mas depois surgem os mais aventureiros e esses quando voltam e começam a relatar as suas experiências “contagam” todos os outros. Hoje em dia temos que fazer uma selecção dos alunos que vão integrar os programas de intercâmbio, pois há muita procura. Este ano introduzimos uma prova de inglês ou francês para servir de selecção.

U- O Processo de Bolonha prevê mudanças estruturais no Ensino Superior. Como está a UBI a adaptar-se a essa transição?

L.C.- Neste momento temos a Comissão do Processo de Bolonha que tem vindo a reunir e a tentar uniformizar o conhecimento sobre todo este processo. Eu estou a analisar e a redigir documentos com base em agências de acreditação de cursos a nível europeu. Sobre esta matéria ocorreram já três reuniões de alto nível entre os vários ministros europeus com o intuito de saber como estavam a ser implementadas as medidas previstas no processo. Na última reunião, que ocorreu em Maio, verificou-se que Portugal está muito atrasado na aplicação das medidas previstas. Neste momento já devíamos estar a implementar calendários escolares, sistemas de aprendizagem centrados no aluno, etc.

U- É defensor de um calendário escolar sequencial. Porquê?

L.C.- O período de interrupção entre o ensino e a avaliação deve ser reduzido ao mínimo. Se espaçarmos muito a aprendizagem e a avaliação, o desempenho não vai ser o mesmo, isto é algo que está provado. A nível europeu estão estipuladas 1600 horas de trabalho durante um ano lectivo, entre aulas, provas, exames e outras actividades. Sou apologeta de que devemos maximizar o período lectivo. Se temos 16 ou 17 semanas de aulas e nesse período vamos ter de integrar todos os processos relativos às licenciaturas, então faz todo o sentido o calendário sequencial. Este sistema dá mais eficácia ao ensino e ao aluno. Isto vem um pouco contra o que é praticado no regime clássico e que

foi algo “abandalhado”. Veja-se que com o actual regime de avaliação e calendarização de exames, o aluno pode fazer exames a disciplinas que já não têm grandes ligações sequenciais com o esquema próprio do curso.

U- No próximo ano podem-se esperar mudanças na calendarização?

L.C.- Sim, mas de forma gradual. Bolonha prevê essas mudanças no sentido de se aplicar uma avaliação sequencial, mas as mudanças operadas neste domínio, com muitas outras, terão de ser feitas com calma. Neste momento temos três meses de exames, se no próximo ano conseguirmos encurtar esse tempo para dois meses e meio já é uma modificação, ainda que os alunos não a sintam de forma grave. É esse tipo de alterações que devemos promover. No próximo ano, todas as áreas, inclusivamente a das Artes, vão ter o mesmo calendário de exames. Essa é uma mudança, a uniformização dos calendários. Posteriormente, vamos tentar encurtar mais o período dos exames.

U- As engenharias foram um pilar fundamental na criação da UBI. Como vê o estado desta área na actualidade? A nível de equipamentos, corpo docente, número de alunos....

L.C.- Esta Universidade é, por características próprias, muito sensível, mas também muito forte. Tem um corpo docente bem qualificado, um campus que oferece condições muito boas aos seus alunos e bons equipamentos informáticos. Podemos mesmo considerar a UBI como uma Universidade modelo. Precisamos de encontrar algumas soluções e ajustes para a parte mais sensível que aqui compreende a localização geográfica, que nos afasta um pouco das regiões onde há mais população. Outro aspecto importante prende-se com a captação de alunos. Em Portugal existe um comodismo no que diz respeito à movimentação de estudantes e de pessoas e é mais difícil resolver os problemas da falta de alunos nestas regiões do que junto às grandes cidades. Contudo, estes são pontos sensíveis, não fracos, daí que tenham resolução.

U- Como se pode justificar o decréscimo de alunos que tem ingressado, nomeadamente em cursos de engenharias?

L.C.- Há pouco tempo li um artigo de opinião onde se defendia que no Ensino Secundário se deveriam ajudar mais os alunos a obterem boas notas. Não digo o contrário. O problema do facilitismo é que depois se regista o ingresso no Ensino Superior de estudantes mal preparados e as Universidades também não estão preparadas para este tipo de situações. Daí que os ministérios em causa, as próprias Universidades tenham de ponderar estes acontecimentos e mudar algo. A fuga de alunos que hoje se assiste na área das engenharias é um “imitar do mal”. Isto porque as pessoas sabem bem que a estrutura social e a necessária alteração desta apenas surge com pessoas ligadas a estas áreas.

U- E em particular, o exemplo de EPGI ou Engenharia Têxtil?

L.C.- Estes cursos não estão encerrados. Os alunos que estão a frequentá-los vão terminar normalmente a sua licenciatura. Ainda assim, ao estarmos a alimentar essas licenciaturas podem surgir, de novo, falhas graves. Mas veja-se aqui também o exemplo do Politécnico de Castelo Branco que vai encerrar uma licenciatura em Engenharia Florestal cujos licenciados têm emprego certo. Num País como Portugal, com necessidade de recursos humanos qualificados nesta área, verifica-se assim mais um retrocesso.

U- Quais as medidas que a UBI pensa implementar para atrair mais alunos?

L.C.- Apostamos em vários domínios, mas para além da Internet e dos meios de divulgação tradicionais, a UBI tem de apostar numa marca exterior forte e muito própria. Uma imagem positiva e exigente que já tem e que se deve manter. Cada vez mais as escolas são escolhidas de acordo com o seu grau de exigência. Uma escola onde se trabalhe e onde os alunos se sintam motivados, como a UBI, apresenta muitas mais potencialidades. Deve apostar-se também na diferença. O que é que um aluno que vem estudar para a Covilhã pode ter a mais do que um que estude em Lisboa? Boas condições de vida, boas estruturas de apoio ao Ensino, equipamentos, laboratórios bem apetrechados, uma cidade amena, bons acessos e toda uma centralidade. Hoje, com a auto-estrada a Covilhã fica a duas horas de Lisboa, a outras tantas do Porto e de Coimbra, e muito próxima de Salamanca, na vizinha Espanha.



Luís Carrilho Gonçalves nasceu no Soito, concelho do Sabugal, a 16 de Julho de 1951. Casado e pai de dois filhos, reside na Covilhã, localidade a que está ligado desde cedo, sobretudo por laços profissionais. O início dos estudos foi feito na aldeia onde o pai exercia medicina. Com dez anos ingressa no Liceu Nacional da Guarda, “na época, um dos mais reputados do País”. Carrilho Gonçalves recorda perfeitamente, a cidade da Guarda daquele tempo, “das poucas no interior do País onde existiam edifícios com mais de um andar”. Termina com 16 valores o Curso Geral dos Liceus e opta pela carreira na área tecnológica.

Em 1969 ingressa no Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa, no curso de Engenharia Mecânica, onde depois segue o ramo de Termodinâmica Aplicada. Nos últimos anos da licenciatura desempenha funções de monitor ajudando os professores da instituição nas aulas. Esta função vai depois conduzi-lo ao lugar de “assistente eventual”, assim que Abril liberta o País do regime. É já com este cargo e ainda no IST que ganha o seu primeiro salário, 3 mil e 500 escudos, o ordenado mínimo da época. “Comprei uma aparelhagem, era algo de que gostava muito”, recorda entre risos.

O projecto de integrar o Instituto Politécnico da Covilhã surge através do convite do então reitor Passos Morgado e também do actual reitor, Santos Silva, que já tinha sido seu colega de liceu. O desejo de “regressar às origens” e a vontade de abraçar um projecto que estava a dar os primeiros passos fazem com que Luís Carrilho aceite o convite. O primeiro desafio que lhe é proposto na UBI vai no sentido de instalar e equipar os laboratórios de Física, que tinham de servir também para a área das engenharias.

Em 1981 concorreu a uma bolsa da OTAN/NATO, para estudar fora do País. Consegue também uma bolsa da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) no Cranfield Institute of Technology, no Reino Unido, onde obtém os graus de “Master of Science” e “Doctor of Philosophy”. Torna-se assistente no Departamento de Física do Instituto Universitário da Beira Interior, em Outubro de 1984, passa a professor auxiliar deste organismo e em Julho de 1995 chega a professor associado da UBI. Prestou provas de agregação a 3 de Junho de 2003. Passou, entre outros, pelos cargos de presidente de Departamento de Electromecânica e do Conselho Pedagógico. Foi pró-reitor e é actualmente vice-reitor da instituição.